

## ATA N.º 186

Aos vinte e três dias do mês de junho de 2015, pelas quinze horas e dez minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na Sala 2, do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata.

Foi a seguinte a **Ordem do Dia** (OD):

### **(1.ª parte)**

#### **15.00 horas:**

Audição da Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Professora Doutora Ana Paula Laborinho, a requerimento oral do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

### **(2ª parte)**

**1** — Informações.

**2** — Distribuição de iniciativas:

-Proposta de resolução n.º 117/XII (4.ª) - «Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo à Unidade Operacional de Governação Eletrónica Orientada para Políticas da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, Portugal, assinado em Lisboa, em 23 de maio de 2014» (PS);

-Proposta de resolução n.º 118/XII (4.ª) - «Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Universidade das Nações Unidas relativo à Criação, Funcionamento e Localização da Unidade Operacional de Governação Eletrónica Orientada para Políticas da Universidade das Nações Unidas em Guimarães, Portugal, assinado em Lisboa, em 23 de maio de 2014» (PSD)

**3** — Admissão e distribuição da petição n.º 514/XII (4.ª) (PS) — «Solicita a concessão de um território para instalação de um campo de refugiados» —, apresentada por Pedro Cosme da Costa Vieira.

**4** — Discussão do projeto de resolução n.º 896/XII (3.ª) (PCP) - «Recomenda ao Governo a adequação da rede consular e a melhoria da sua capacidade de intervenção de modo a corresponder às necessidades de uma emigração



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

crescente».

**5** — Aprovação de parecer:

-Proposta de resolução n.º 104/XII (4.ª) - «Aprova o Protocolo relativo à adesão da Comunidade Europeia à Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea Eurocontrol, de 13 de dezembro de 1960, consolidada pelo Protocolo de 27 de junho de 1997».

Deputada Relatora: Ana Paula Vitorino (PS).

**6** — Aprovação da Ata n.º 172, da reunião de 10 de março de 2015.

**7** — Outros assuntos.

### 1.ª Parte

Aberta a reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas deu as boas-vindas ao Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, e à Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, Prof.ª Doutora Ana Paula Laborinho, lembrando que a mesma tinha por base um requerimento apresentado oralmente pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e expondo, seguidamente, a metodologia a adotar nos trabalhos.

Usou da palavra o Senhor **Deputado António Rodrigues (PSD)** que, em nome do Grupo Parlamentar Requerente, aludiu às razões da apresentação do requerimento, que se prendem com a avaliação daquilo que tem sido a atividade do Instituto Camões, sobretudo na área da divulgação da língua portuguesa e do trabalho que tem sido feito em prol do seu desenvolvimento pelo mundo fora. Disse também ter consciência daquilo que foram as alterações registadas nesta área ao longo dos últimos anos e os constrangimentos que nem sempre permitiram fazer aquilo que se pretendia levar a cabo em termos de impacto cultural, social e até sociológico, apesar de se reconhecer que a língua portuguesa tem cada vez uma maior importância em termos mundiais. Acrescentou não poder esquecer que o Grupo Parlamentar do PCP tinha proposto há uns tempos que esta avaliação fosse feita, dando-lhe agora o PSD um cunho mais político com a presença na Comissão do Senhor Secretário de Estado para fazer o enquadramento desta ação. Terminou a sua intervenção sublinhando que para o PSD o importante é a divulgação da língua portuguesa, como fator de união das comunidades portuguesas de 1.ª, 2.ª e 3.ª geração e de uma multiplicidade de outros povos que querem conhecer e aprender português, sendo uma responsabilidade partilhada de todos apurar como se pode divulgar, difundir e melhor aproveitar a língua portuguesa para fortalecer o papel de Portugal no mundo.

O Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** fez o balanço da ação do Governo no respeitante ao ensino de português no estrangeiro e à afirmação da língua portuguesa no



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

mundo, não vendo nada de positivo a assinalar. Disse que presentemente há menos 70 professores, 700 cursos e 11 000 alunos, podendo afirmar-se que, num contexto em que a língua portuguesa é referida como um dos instrumentos da nossa afirmação global, a atuação do Governo tem sido verdadeiramente catastrófica; por outro lado, adiantou, a criação de propinas afastou muitos alunos e introduziu um conjunto de desigualdades no ensino do português no estrangeiro, num claro atropelo àquilo que é a Lei de Bases do Sistema Educativo e a própria Constituição da República Portuguesa; referiu-se igualmente à redução das horas letivas, à degradação das condições de trabalho dos professores e à desvalorização da sua formação e, não obstante ser extremamente positiva, à certificação que tem sido utilizada como forma de iludir as dificuldades existentes e os cortes feitos, contrários à retórica de valorização da língua portuguesa. Por último, perguntou qual a posição do Governo quanto à reforma do ensino em França e às consequências que daí podem advir para o ensino da língua portuguesa.

O Senhor **Deputado Rui Jorge Caetano** (CDS-PP) debruçou-se sobre as escolhas feitas pelo atual Governo, a reforma levada a cabo no ensino do português no estrangeiro, com vantagens para os estudantes, as famílias e professores, com cerca de 30 000 alunos inscritos no ano letivo de 2014 e uma avaliação feita com padrões de referência internacionais e com exigência, sendo um passo mais para a certificação e um passaporte para uma vida profissional melhor. Referiu também o programa de incentivo à leitura, o plano de formação contínua para os professores e a introdução da propina anual, que já era paga pelas famílias dos emigrantes fora da Europa. Perguntou também como é que a ação no ensino superior se poderá repercutir no aumento exponencial de falantes da língua portuguesa no mundo, em particular nos continentes africano e sul-americano, que representam regiões onde Portugal tem apostado muito em termos económicos e diplomáticos, se a rede de ensino acompanhou a evolução da diáspora portuguesa e o que faltava fazer para potenciar o potencial económico da língua portuguesa. Terminou a sua intervenção referindo-se ao facto de a língua portuguesa poder deixar de ser ensinada nos dois primeiros ciclos de ensino em Timor Leste, privilegiando em sua substituição as línguas maternas locais e regionais, não oficiais, transmitidas e ministradas pelas famílias e perguntando o que é que o Instituto Camões tencionava fazer em relação a essa matéria.

Interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)**, lembrando que em 20 de fevereiro do ano corrente o Grupo Parlamentar do PCP tinha apresentado um requerimento para ouvir em audição a Senhora Presidente do Instituto Camões para, dessa forma, analisar o presente e o futuro do ensino do português no estrangeiro, o que foi inviabilizado pelo Grupo Parlamentar do PSD com o argumento que queria ouvir o Senhor Secretário de Estado sobre essa matéria. Falou também no corte sofrido na verba do Ministério dos Negócios



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Estrangeiros relativa ao EPE (Ensino de Português no Estrangeiro), corte esse contra o qual o Grupo Parlamentar do PCP sempre se bateu, na situação dos docentes da língua portuguesa, na diminuição de cursos, alunos e professores e na revogação propostas pelo PCP da propina recentemente introduzida. Perguntou qual o futuro do EPE no próximo ano letivo, o que ia ser feito em termos de cursos, de professores e renovação das comissões de serviço e do reforço das estruturas externas do Instituto Camões e quais os avanços das negociações quanto ao ensino de português em França.

Ao responder individualmente a cada Deputado no final da respetiva intervenção, o Senhor **Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas** disse que, no domínio da divulgação da cultura e da língua portuguesa, os últimos quatro anos tinham sido muito difíceis mas muito fascinantes, mas, que, apesar de tudo, o Governo tinha concretizado as suas intenções, sentindo satisfação ao verificar que a ação do Instituto Camões estava perfeitamente globalizada, estruturada e com critérios de enorme qualidade, que ficam para o futuro e dão dimensão qualitativa à rede de que Portugal dispõe, quer em termos de ensino superior quer em termos do ensino básico. Referiu-se à avaliação e certificação das aprendizagens, com sintonia de procedimentos entre coordenações e mesmo entre professores; aos níveis de exigência na elaboração de horários, que permitiram uma aproximação a muitos agregados familiares; à resposta que a rede dá àqueles que procuram o ensino do português; e ao desenvolvimento do plano de incentivo à leitura, com professores a trabalhar com muitas famílias, comunidades e alunos de maneira a que se possam obter resultados mais significativos no domínio da divulgação do português. Falou igualmente da existência de novas coordenações de ensino, particularmente na Venezuela e na Austrália, nos programas de apoio ao ensino nos países da América do Norte, com a distribuição de manuais escolares, nas ações de formação para professores e novas modalidades de coordenação, na rede de ensino superior e nos novos leitorados e acordos com universidades. Terminou salientando que o Governo estava a trabalhar à escala global e que Portugal era o país da Europa Ocidental com políticas públicas de língua com maior dimensão.

A Senhora **Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua** referiu-se à passagem da rede de ensino de português no estrangeiro para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o que permitiu fazer um trabalho muito mais próximo com as coordenações de ensino, os professores e encarregados de educação; ao corte sofrido no orçamento e à adequação da rede a uma determinada realidade; à redução significativa do número de professores, fruto das reduções orçamentais transversais a toda a Administração Pública; à avaliação e acompanhamento dos resultados fruto das reformas feitas, o que permitiu passar a dispor de indicadores e saber o número exato de professores por níveis, os



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

orçamentos, os protocolos de cooperação, o número de alunos, o levantamento exaustivo do número de horas que cada professor leciona, etc; à introdução de regras mais precisas em termos do desempenho dos professores e da qualidade; e à certificação e integração plena do ensino, com a respetiva avaliação internacional. Salientou ainda a prorrogação extraordinária das comissões de serviço dos professores por dois anos, o diálogo que o Instituto Camões tem mantido com os professores e a renovação da rede, eliminando os prazos das comissões de serviço. Manifestou também a sua preocupação com a diminuição dos vencimentos dos professores e o apoio da tutela para se proceder a uma correção extraordinária das remunerações e que em relação ao ensino de português em França tinha sido já assegurado que não fechariam quaisquer secções internacionais. Por último, falou da introdução da língua portuguesa nos níveis de ensino secundário e básico em países que até agora não os tinham, como a Bulgária e a Roménia; da ascensão da língua portuguesa em várias regiões do mundo, sendo neste momento a segunda que sofre um maior crescimento; a maior integração da língua portuguesa nas escolas; o reforço das estruturas externas da cooperação portuguesa e a importância das políticas culturais como forma de desenvolvimento económico; o ensino da língua portuguesa em Timor Leste e a reforma do ensino em França, onde se mantêm as negociações com as autoridades francesas.

Iniciando a **segunda ronda de intervenções**, tomaram a palavra:

O Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que falou da reforma do ensino em França e do ensino do português, defendendo ser necessário haver um diálogo entre o Primeiro-Ministro português e o Primeiro-Ministro francês sobre esta matéria e da enorme carência de professores de português nos países de expressão portuguesa, designadamente na Guiné.

A Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** que se reportou à questão da correção cambial das remunerações dos portugueses e à falta de recursos financeiros nesta área, afirmando ser imperioso criar um regime que permita acautelar as situações resultantes de alterações cambiais que tenham uma afetação grave na vida dos professores, como aconteceu recentemente na Suíça; à valorização social e profissional dos professores do ensino do português no estrangeiro; ao número reduzido de professores de português que estão colocados nos países de língua oficial portuguesa e à falta de recursos financeiros para promover a língua portuguesa junto das comunidades; às medidas vão ser tomadas para o incentivo da promoção da cooperação, cultura e da língua portuguesas e à escassez de profissionais para levar a cabo essa tarefa; ao número de cursos previstos e à estrutura de professores para o próximo ano letivo.

O Senhor **Deputado Rui Paulo Caetano (CDS-PP)** para falar dos objetivos de desenvolvimento do milénio.



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Os Senhores **Deputados Maria Ester Vargas e Carlos Páscoa Gonçalves (PSD)** que se reportaram aos eleitorados e ao modo como se desenvolveu a rede de ensino superior nos últimos anos e ao ensino de português na Índia.

O Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e a Senhora Presidente do Instituto Camões responderam, no final e em bloco, às questões colocadas.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Terminada a audição, o Presidente da Comissão agradeceu a presença e disponibilidade do Secretário de Estado e da Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, IP, e procedeu a uma curta interrupção dos trabalhos, os quais foram retomados pelas 16.30 horas.

### 2.ª Parte

Dando início à reunião ordinária da Comissão, o Senhor Presidente comunicou a todos os Senhores Deputados que, a pedido do Grupo Parlamentar do PCP, os trabalhos iniciar-se-iam com a discussão do **Ponto 4.** da Ordem do Dia, dando, por isso, a palavra ao PCP para fazer a apresentação do Projeto de Resolução n.º 896/XII (3.ª) (PCP) - «Recomenda ao Governo a adequação da rede consular e a melhoria da sua capacidade de intervenção de modo a corresponder às necessidades de uma emigração crescente».

Nesse âmbito, começou a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** por sublinhar que os dados divulgados recentemente pelo INE revelam a premência do projeto de resolução do Grupo Parlamentar do PCP, apesar de ele já ter sido apresentado na 3.ª Sessão Legislativa, e demonstram que saíram forçosamente do País mais de 485 000 portugueses, que não encontram no nosso país nem presente nem futuro, o que é preocupante face à rede consular cada vez mais reduzida em termos de trabalhadores que permitam dar resposta a todas as necessidades; disse também ser necessário reforçar os serviços consulares em meios humanos e técnicos, realizar uma avaliação da rede consular quanto à sua cobertura e capacidade de resposta tendo em conta os novos fluxos migratórios, criar um apoio jurídico aos imigrantes com vínculos precários, promover medidas de combate à emigração ilegal e ao tráfico de seres humanos e criar mecanismos que permitam uma ágil comunicação entre os serviços existentes na administração central.



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Interveio o Senhor **Deputado Carlos Páscoa Gonçalves (PSD)**, relembrando que o tema da rede consular era recorrente nas reuniões da Comissão, lamentando que só hoje estivessem a discutir um assunto que já tinha sido apresentado em 20 de dezembro de 2013, o que era bem demonstrativo do pouco interesse em discutir este ponto; contestou igualmente os argumentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP na exposição de motivos desta iniciativa, designadamente quando refere «o intenso apelo feito por parte do Governo para que os cidadãos emigrem, principalmente os que têm qualificações académicas», o que não era de todo; e, quanto ao aumento de funcionárias na rede consular, acrescentou que o mais importante era, sim, o aumento da produtividade e a existência de sistemas adequados.

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para saudar a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP e manifestar a sua total discordância com as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Carlos Páscoa Gonçalves, porque o tal aumento da produtividade de que falou só revelava um absoluto desprezo pelos funcionários consulares e pelos utentes. De resto, disse que até hoje nunca tinha ocorrido uma greve de 6 semanas, como a que teve lugar recentemente na Suíça, e que nunca tinham sido pagos salários abaixo do salário mínimo local, o que leva muitos funcionários a recorrer aos apoios sociais do Estado de acolhimento. Os serviços pioraram porque, face ao surto de quase meio milhão de portugueses que emigrou, o Governo optou por reduzir em quase 50% o número de funcionários consulares.

O Senhor **Deputado Rui Jorge Caetano (CDS-PP)** sublinhou que o seu Grupo Parlamentar não acompanhava o projeto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP porque fazia uma leitura enviesada da política consular e assenta toda a sua ação num ignorar de desenvolvimentos positivos que a política consular tem vindo a ter, designadamente naquilo que respeita à permanência consular.

Em resposta, a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** salientou que Portugal tinha de facto um défice de recursos humanos nos consulados e falta de técnicos na área social para fazer o acompanhamento e responder a necessidades muito concretas.

De seguida, o Senhor Presidente passou ao **Ponto 1.** da OD, tendo relembrado a todos os presentes que no próximo dia 25 de junho teria lugar a visita da delegação do Conselho Nacional do Parlamento da Suíça, havendo a necessidade de cada Grupo Parlamentar indicar os seus representantes.

Relativamente ao **Ponto 2.** da OD, e cabendo ao Grupo Parlamentar do PS a indicação de Deputado/a para elaborar o parecer da Proposta de Resolução n.º 117/XII (4.ª), o Senhor



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

**Deputado Paulo Pisco** (PS) perguntou ao Grupo Parlamentar do PSD se, como as duas propostas de resolução que se encontravam para distribuição eram conexas, aceitaria que o Grupo Parlamentar do PS ficasse com estas duas iniciativas na respetiva lista de distribuição.

Não havendo oposição, o Senhor **Deputado Paulo Pisco** (PS) adiantou que o Grupo Parlamentar do PS indicava a Senhora Deputada Celeste Correia (PS) como relatora das duas iniciativas, aproveitando o uso da palavra para relembrar que a Senhora Deputada Glória Araújo (PS) tinha passado a ser a relatora do parecer que de seguida iria ser apresentado, em substituição da Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS).

Relativamente ao **Ponto 3.** da OD, interveio a Senhora **Deputada Celeste Correia** (PS) propondo à Comissão o indeferimento liminar da Petição nº 514/XII (4.ª) (PS) — «Solicita a concessão de um território para instalação de um campo de refugiados» —, apresentada por Pedro Cosme da Costa Vieira, na medida em que o seu objeto ia contra, desde logo, o n.º 3 do artigo 5.º da Constituição da República Portuguesa, que refere «O Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce (...)» . Disse também que o peticionário pretendia que o Estado português lhe concedesse um território, por um período (...) de 100 anos, renovável por períodos consecutivos de 25 anos, o qual teria de ser adquirido ou arrendado pela entidade promotora para que aí se pudesse instalar uma Zona Franca, figura que o próprio definia como uma «entidade empresarial». E caso o Estado português pretendesse reverter a concessão, teria de fazê-lo com, pelo menos, 20 anos de antecedência. Concluiu, afirmando que a pretensão do peticionário implicaria uma autonomização ou uma neutralização jurídico-política de uma parte do território português, sendo, nesse sentido, contrária à lei.

Pedi a palavra o Senhor **Deputado Ricardo Batista Leite** (PSD) para felicitar a intervenção da Senhora Deputada Celeste Correia (PS), que subscrevia em absoluto, aproveitando também para elogiar o teor técnico da própria nota de admissibilidade elaborada pelos serviços de apoio à Comissão, a qual pode ser consultada [aqui](#).

De seguida, o Senhor Presidente submeteu a votação a nota de admissibilidade, que foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

Seguiu-se a apresentação e discussão do parecer, pela Senhora **Deputada Glória Araújo** (PS), da proposta de resolução n.º 104/XIII (4.ª), que «Aprova o Protocolo relativo à adesão da Comunidade Europeia à Convenção Internacional de Cooperação para a Segurança da Navegação Aérea Eurocontrol, de 13 de dezembro de 1960, consolidada pelo Protocolo de 27 de junho de 1997», que pode também ser consultado [aqui](#).





## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

Interveio a Senhora **Deputada Carina Oliveira** (PSD) para elogiar o trabalho feito e prestar esclarecimentos adicionais acerca desta matéria, até por ter acompanhado o projeto “Céu Único Europeu”.

Seguidamente, o Senhor Presidente questionou a Senhora Deputada Relatora tendo em vista saber se, atenta a relevância da matéria, ter-se-ia verificado, entretanto, a intervenção de alguma outra Comissão Parlamentar e, quem no Executivo, pilotou este processo.

Esclareceu a Senhora Deputada Relatora não poder responder em que fase se encontra este processo legislativo europeu, constituindo escopo desta iniciativa, apenas, o de incluir a União Europeia como parte no futuro Acordo.

Interveio a Senhora **Deputada Carina Oliveira** que lembrou que o Acordo foi aprovado em 30 de janeiro de 2014, acolhendo os contributos de vários países, entre os quais Portugal. A passagem para o Eurocontrol de que trata a presente iniciativa é já uma decorrência evolutiva daquele processo.

Neste seguimento, a iniciativa foi submetida à aprovação da Comissão, tendo sido aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

No âmbito do último ponto da OD, o Senhor Presidente comunicou que a apreciação e votação da Ata n.º 172 ficaria agendada para a próxima semana.

Não mais havendo a registar, o Senhor Presidente agradeceu a participação dos membros da Comissão, e deu por encerrados os trabalhos, cerca das dezassete horas e quinze minutos.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em:

[http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02\\_com/02\\_cnecp/20150623cnecp.wmv](http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/02_cnecp/20150623cnecp.wmv),

[http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/02-CNECP/CNECP\\_20150623\\_2.mp3](http://srvvideo3/site/XIILEG/4SL/COM/02-CNECP/CNECP_20150623_2.mp3)

Palácio de S. Bento, 24 de junho de 2015

**O Presidente da Comissão,**

**(Sérgio Sousa Pinto)**



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

**Folha de Presenças**

**Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:**

Alberto Martins

Carina Oliveira

Carla Cruz

Carlos Páscoa Gonçalves

Celeste Correia

Feliciano Barreiras Duarte

Glória Araújo

Maria Ester Vargas

Maria Gabriela Canavilhas

Maria João Ávila

Maria José Moreno

Maria Manuela Tender

Mário Magalhães

Nuno Magalhães

Paulo Pisco

Ricardo Baptista Leite

Sérgio Sousa Pinto

António Rodrigues

Jorge Rodrigues Pereira

Rui Jorge Caetano



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

---

**Faltaram os seguintes Senhores Deputados:**

Filipe Lobo D' Ávila

Helena Pinto

**Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:**

Carlos Alberto Gonçalves

Maria de Belém Roseira

**A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 30/07/2015.**